

## A LEITURA DO SINTOMA EM FREUD E EM LACAN: ATO PSICANALÍTICO, INTERPRETAÇÃO, CONSTRUÇÕES

---

DENISE MARIA LOPES DAL-CÓL 

Denise Maria Lopes Dal-Cól <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL), Departamento de Psicologia e Psicanálise, Londrina/PR, Brasil.

**RESUMO:** O artigo aborda a psicanálise como função e ética do analista: o ato psicanalítico, a interpretação e as construções. O ato psicanalítico de instaurar a transferência como pivô do trabalho de análise, equívoco do suposto saber ato inaugural de uma análise e em todo seu trajeto. A interpretação, leitura da escrita do sintoma que opera pela função do significante, estrutura de linguagem. As construções, leitura que reescreve a história (e pré-história) pulsional escrita no sintoma, tocando o limite do ahistórico.

**Palavras-chave:** ato psicanalítico; interpretação; construções; leitura do sintoma.

**Abstract: The reading of the symptom in Freud and Lacan: psychoanalytic act, interpretation, constructions.** The article approaches psychoanalysis as the analyst's function and ethics: the psychoanalytic act, the interpretation and the constructions. The psychoanalytic act of instituting transference as the pivot of the work of analysis, the misunderstanding of supposed knowledge the inaugural act of an analysis and its entire course. The interpretation, reading of the writing of the symptom that operates by the function of the signifying, language structure. The constructions, reading that rewrites the history (and prehistory) harm written in the symptom, reaching the limit of the ahistorical.

**Keywords:** psychoanalytic act; interpretation; constructions; reading the symptom.

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142020001004>

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde estiver identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons (cc by 4.0)

Em vários momentos de seu ensino, para responder o que é uma psicanálise, Lacan (1955/1998, p. 331; 1967-1968/s.i, p. 93; 1969-1970/1992, p. 50) desloca a resposta, colocando o acento no psicanalista para que uma análise se processe, quando afirma que uma análise é o que se espera de um psicanalista ou sublinha que há psicanalista.

Embora pareçam tautológicas, essas respostas tocam a questão do saber. Tomando a vertente do analista, Lacan (1967-1968/s.i.) tenta cercar o que faz o dispositivo analítico. Chama de *ato analítico* o que torna possível uma análise e o que faz com que encontre seu desfecho. Formula que o ato instaura a psicanálise quando funda a transferência – a suposição de saber. Por outro lado, o ato analítico por excelência está no final, marcando a passagem de analisante à analista (PINTO, 2012).

Retirando a palavra “ato” de seu uso cotidiano, descritivo, Lacan (1967-1968/s.i.) faz com que tenha a condição de conceito, elaborando que o ato é de palavra, semelhante ao ato falho no que diz respeito à sua estrutura de verdade – o que surpreende o sujeito.

Em uma análise, trata-se de manter da neurose uma dignidade de pergunta como verdade. Para tal, no início, instalar o dispositivo que toca a verdade – “fale que você saberá” – põe no Outro um lugar de suposto saber. Sujeito subposto ao saber – um sujeito que pode saber. Depende do ato do analista, que não é prevenido, calculado, sendo esse ato ligado à regra fundamental. No discurso do analista, no lugar do agente, da causa, é o *a* (o objeto *a*) tocando o saber algo da verdade (*a/S2*), ou seja, *S2* posicionado no quadrante da verdade. O objeto perdido, real, produzindo um significante da marca (*S1* no lugar da produção), da cifra de gozo (PINTO, 2012).

Desse modo, uma análise opera de seu princípio ao final pelo “ato analítico como incitação ao saber”, uma das definições de Lacan (1967-1968/s.i.) de ato analítico. E se, no início de uma análise, início do ato, ocorre extração de saber pela palavra associativa onde percorre o inconsciente desde a amarração do significante à escrita da pulsão, uma análise conduzida à última consequência toca o modo de gozo. Na ética do psicanalista, a direção é essa, dependendo, entretanto, do analisante também.

Assim, a psicanálise não existe por si só e nem em si, mas no laço, no discurso – não é uma disciplina, uma metodologia, uma visão de mundo. A pergunta de Lacan (1968-1969/2008), “A psicanálise existe?”, radicaliza a impossibilidade de afirmar a existência em si da psicanálise, pois ela é dependente do ato do analista a cada análise empreendida. É a função do analista que determina a convicção, que opera a partir de um ato, da existência (ou, hipótese) do inconsciente, no porvir de uma análise, uma vez que o inconsciente só existe para um sujeito que o supõe (na palavra) e se põe em questão por força do sintoma.

Procuraremos abordar, no presente trabalho, a função do analista, não somente o ato psicanalítico, mas a interpretação e as construções em psicanálise. No primeiro, situar a transferência como pivô do trabalho de análise, equívoco do Suposto Saber, ato inaugural de uma análise e em todo seu trajeto, como insiste Lacan (1964/1985; 1967-1968/s.i.), assim como Freud, no seu ato inaugural, que funda a psicanálise. A interpretação, leitura da escrita do sintoma que opera pela função do significante, estrutura de linguagem. As construções, leitura que reescreve a história (e, pré-história) pulsional escrita no sintoma, tocando o limite do ahistórico.

## **O ATO PSICANALÍTICO: DO ATO PSICANALÍTICO, A FUNÇÃO E O TRABALHO DA TRANSFERÊNCIA**

No seminário *O ato psicanalítico*, Lacan (1967-1968/s.i., lição de 15 de novembro de 1967, p. 4) compara o ato psicanalítico com o ato médico e se pergunta o que é o ato psicanalítico a esse título: será a sessão, em que tipo de intervenção? Será a interpretação ou o silêncio?

No decorrer do seminário, deixa claro que não é uma ação, mas, sim, um dizer: o ato diz algo (lição de 17 de janeiro de 1968, p. 93). Inscreve-se como efeito de linguagem (lição de 21 de fevereiro de 1968, p. 147), é incitação ao saber.

São duas afirmações a respeito do ato nesse seminário que nos propomos a desenvolver: “O ato analítico é essencial à configuração da transferência” (lição de 21 de fevereiro de 1968, p. 149) e “O ato psicanalítico, nós o propomos como consistindo em suportar a transferência” (lição de 17 de janeiro de 1968, p. 96).

Procuraremos desenvolver a ideia do trabalho da transferência como função e ato do analista. Isso porque a transferência é fundamental na análise; é o pivô do trabalho de análise (LACAN, 1964/1985).

Lacan (1964/1985) afirma que a transferência é aquilo que manifesta, na experiência, a atualização da realidade do inconsciente no que ela é sexualidade, assim como Freud (1912/1987) expõe que a transferência é aquilo que, em uma análise, torna presente os impulsos recalçados no inconsciente. Nesse sentido, ela é um veículo através do qual o inconsciente se manifesta, colocando em ato, no agora (atual), o inconsciente, tornando presente o que estaria ausente.

Conforme elaboramos em outro lugar (DAL-CÓL, 2005), inicialmente pode-se entendê-la como um me-

canismo espontâneo, porque, como diz Freud (1912/1987), há precondições para enamorar-se que o sujeito estabelece nas pulsões que satisfaz precondições para exercer o amor, o desejo e a satisfação –, as quais estão dispostas em uma série, num clichê estereotípico, constantemente reimpresso no decorrer da vida da pessoa. Essas precondições se constituem em ideias libidinais infantis antecipadas, imagos infantis, que, por não serem inteiramente capazes de mudar diante de experiências recentes, dirigem-se a cada nova pessoa que se aproxima. Seguindo esse clichê, inclui cada nova pessoa nesta série psíquica o analista como uma delas. O mecanismo da transferência remonta, então, ao estado de prontidão da libido que conservou as imagos infantis; refere-se ao método próprio de se conduzir na vida amorosa, ao modo como constitui seus objetos, que já estão postos na estrutura.

Todavia, se essa espontaneidade da transferência está como uma possibilidade, é preciso torná-la possível na análise. Na experiência analítica, ela deve ser recebida de certo modo, porque, enquanto disposição libidinal que é infantil, a transferência quer satisfazer a necessidade de amor e complementá-la, de uma forma específica, particular a cada sujeito e, no tratamento psicanalítico, consiste no saber da verdade do inconsciente que ela atualiza e conduz. Como diz Lacan (1967-1968/s.i., lição de 21 de fevereiro de 1968, p. 149), “o ato psicanalítico é essencial à configuração da transferência”.

Desse modo, desde o início, a direção do tratamento é da responsabilidade, do dever do analista. Para que algo se processe na direção de uma análise, ele deve operar como uma função desde a demanda, o pedido inicial. A operação visada é a instalação do suposto saber, como função de produzir um Outro – o lugar do saber (do inconsciente), isto é, fazer o sujeito ter falta, perguntar-se, e supor o saber no analista. Isso porque uma coisa é a espontaneidade do laço transferencial – buscar a resposta no Outro para não ter falta e outra, que não é espontânea, é perguntar-se, querer saber.

Eis aí o ato do analista, que consiste em instalar a transferência como suposto saber. É isso um equívoco, pois o saber está no sujeito – inconsciente –, mas esse equívoco é necessário para formar um campo estruturado com relação à palavra e à significação, que vêm como pergunta. O ato contíguo consiste em subverter o suposto – giro necessário à possibilidade do sujeito questionar-se e encontrar-se com sua própria falta, a princípio, de saber, o que torna possível uma abertura à palavra conforme o sujeito se posicionar quanto a isso. Nesta operação, pode fazer abrir a cadeia significante e verificar a possibilidade de engajamento do sujeito ao vir a saber da realidade do seu inconsciente, devendo ele, para isso, implicar-se. Isso é estritamente individual, visto que, nesse caminho, está em questão não só o saber, mas também o desejo, o que significa deparar-se com perdas, precisando o analista acompanhar para verificar, nessa ligação, as modalidades, isto é, “o jeito próprio do sujeito” aproximar-se e abordar sua posição e sua questão perante essas perdas (DAL-CÓL, 2005).

Destaca-se aqui a importância de que aquele que ocupa esse lugar e essa função de analista tem o dever de suportar a transferência; isso é um ato: “o ato psicanalítico, nós o propomos como consistindo em suportar a transferência” (LACAN, 1967-1968/s.i., lição de 17 de janeiro de 1968). Suportar a transferência, seja no sentido de consentir em recebê-la numa imagem daquilo que o paciente lhe confere, seja no sentido de sustentar a questão de que o que o sujeito traz significa algo. Por sua vez, o que sustenta isso no analista é sua relação à sua própria falta-em-ser, o desejo do analista.

Na transferência, reside uma possibilidade de vir a saber que pode encaminhar-se, se a resposta a ela for o desejo do analista. Entretanto, sabe-se que, se há o engajamento do sujeito (implicação subjetiva) nesse processo, no sentido do inconsciente, abrindo-o à sua lógica, sustentando a associação livre, também no caminho ocorrem percalços. De acordo com a série psíquica, o paciente utiliza-se do clichê para o fechamento do inconsciente – o que consiste na resistência operando pela transferência. Nisso também reside a consideração de como o analista vai se posicionar, pois, sendo a análise essa dialética entre abertura e fechamento do inconsciente, não somente no seu início, mas no seu curso, ele necessita operar o tempo todo o suposto e sua subversão o tempo todo, enquanto perdura a transferência. Reencontrando-se o sujeito com a estrutura significante que faz sua história – sexual – que ocorre no caminho da cura, que algo possa se integrar do inconsciente ao sujeito (a elaboração), reencontrando-se aí no seu desejo.

Todavia, se, no desejo conduzido pela demanda, há a dimensão significante, há também a dimensão pulsional, que, no trajeto da cura, se encontra na transferência, o que implica se reencontrar com o enlace do desejo a uma forma de satisfação, isto é, a forma na qual o impulso infantil fixou a satisfação nas modalidades do desejo e seu objeto. E, “[...] se a transferência é o que da pulsão desvia a demanda, o desejo do analista é aquilo que a traz ali de volta; [...] a experiência do sujeito é assim reconduzida ao plano onde se pode presentificar, da realidade do inconsciente, a pulsão” (LACAN, 1964/1985, p. 259). Essa realidade é uma tendência à satisfação que jamais encontra um objeto que a satisfaça totalmente. O sujeito reencontra-se assim, com o núcleo da constituição subjetiva como falta, e é neste ponto de falta que o sujeito deve se reconhecer (DAL-CÓL, 2005).

Para Lacan (1964/1985), essa é uma psicanálise exigida ao analista na sua formação, uma psicanálise que

tenha fechado seu cerco até seu último termo, a qual exige percorrê-lo mais de uma vez como necessidade de elaboração.

Em suma, conforme trabalhamos, aquele que se coloca no lugar do analista deve, a cada demanda de análise recebida, aceitar sua própria falta, para que possa ocupá-lo sempre como uma questão, renovando a cada vez o desejo como causa, o ato analítico como incitação ao saber. Em outros termos, no que se refere ao desejo do analista, admitir sua própria falta (pela operação – em sua própria análise de esvaziar seu ser de todas as construções imaginárias), o que permitiria que o analisante chegue a este ponto de falta que o transforme em um sujeito que deseja. Desejo que está em busca de um objeto que sempre se subtrai; desejo que comporta a insatisfação ou a impossibilidade. É, pois, necessário que o objeto que convém ao analisante não esteja.

## **INTERPRETAÇÃO: A FUNÇÃO SIGNIFICANTE E A ESCRITA NO SINTOMA**

Sabe-se que Lacan abordou o tema da interpretação em vários momentos de seu ensino e que o mesmo ensino sofreu modificações ao longo do tempo da mesma forma que a noção de interpretação. Porém, essas mudanças em seu ensino e no entendimento da interpretação não revogaram as abordagens anteriores.

Assim, se, em 1974, em *A terceira*, Lacan vai enfatizar a interpretação como equívoco (fônico, gramatical ou lógico) no nível de *alíngua*, do som, abordando o sentido real do sintoma – “O sentido do sintoma é o real” (LACAN, 1974/2011, p. 18) –, aquele que comporta o *non-sense*, o vazio do objeto e do sujeito, isso não quer dizer que a interpretação não opera com as leis de linguagem, com a sincronia, a diacronia, conforme Lacan (1954-1955/1985) a define no texto de que vamos nos ocupar. Em outras palavras, se a interpretação opera com *alíngua*, isso não quer dizer que não opera com a linguagem, a cadeia significante.

O contexto que iremos tomar para abordagem da interpretação em psicanálise é justamente a função do significante na estrutura de linguagem.

Para Lacan (1954-55/1985), na abertura ao inconsciente, ao Outro que nos habita, é necessário um fechamento, pois, no circuito, se está fechado, passa, se está aberto, não passa. Lacan se refere a uma lei matemática que afirma ser necessário transformar elementos em conjunto. Para instaurar o desejo, o inconsciente não está aberto a qualquer interpretação: é o significante que fecha o campo e articula o circuito (PINTO, 2012).

É também o que expõe no *Seminário 11*, quando afirma que é preciso interpretar no nível do s [significante], que não é aberto a todos os sentidos. A interpretação “vem no lugar do s, e reverte a relação que faz com que o significante tenha por efeito, na linguagem, o significado, [tendo] por efeito fazer surgir um significante irreduzível” (LACAN, 1964/1985, p. 236).

Ao abordar “qual o lugar da interpretação”, no texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1958/1998) sublinha que só o conceito da função do significante possibilita a localização da verdade analítica produzida pela interpretação (tida por ele como uma questão de tática fundamentada na transferência como estratégia), pois:

**A interpretação para decifrar a diacronia das repetições inconscientes deve introduzir na sincronia dos significantes que nela se compõem algo que, de repente, possibilite a tradução** – precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante. (LACAN, 1958/1998, p. 599, grifo nosso).

No mesmo texto, identificamos seu percurso lógico na direção de cura, que passa pela transferência e pelo ser do analista e conclui com a seguinte afirmação: “É preciso tomar o desejo ao pé da letra”, sendo, pois, o lugar da interpretação o mesmo que o lugar do desejo. O desejo é preciso tomar à letra – literalmente, e é aí que a interpretação atinge porquanto as redes da letra determinam seu lugar (LACAN, 1958/1998, p. 648).

Destaca-se, pois, que o que guia a interpretação é o desejo e o que guia o desejo são as letras. Mas o meio pelo qual se tem acesso às letras do desejo são as palavras, na função do significante. Então, o que é a letra e qual é a relação da letra com o significante?

Em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957/1998, p. 498), Lacan define letra como o “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem”, observando que há uma disjunção entre a palavra falada e a letra escrita, uma vez que as palavras deixam o significado em aberto com suas oscilações de sentido e a letra permanece e faz obstáculo a essas oscilações. A letra fixa e o significante deriva. Desse modo, se a função significante remete à fala, a letra relaciona-se com a escrita, pois, se a escrita é qualquer sistema usado para registrar mensagens ou fixar a memória de acontecimentos, no campo psicanalítico, o acontecimento primordial no humano é o encontro da linguagem com o organismo a partir do qual se escreve a satisfação (THÁ *et al.*, 1992).

Lacan (*apud* THÁ *et al.*, 1992), no seminário *Mais, ainda*, indica que as letras do alfabeto fenício se encontravam anteriormente em vasos egípcios, onde elas serviam de marcas de fábrica, sendo então da marca que saiu a letra e os números pela via da contagem. Compara o sintoma a uma marca dessa espécie, através da qual as marcas de satisfação da pulsão – o real que concerne à psicanálise – aparecem cifradas numa escrita enigmática.

O sintoma pode afirmar (para quem se pergunta) a existência do inconsciente, pois mostra uma permanência e uma fixidez resultantes da satisfação nele implicada, que demonstra que, embora se suporte na estrutura de linguagem, é uma escrita no corpo – escrita de gozo cifrado na letra do sintoma por onde também se desloca o desejo.

O caráter de permanência do sintoma está ligado, pois, a um circuito de gozo que se fixa e aos resíduos que ficam dessa operação de cifragem no corpo das “impressões” recebidas: o objeto, o sujeito e o desejo. O desejo como resto da operação constitutiva é imortal, como o diz Freud (1900/1987), e retorna no sintoma com a insistência da cadeia significante no circuito da pulsão.

Como afirmamos em nossa tese (DAL-CÓL, 2016) Freud (1900/1987) descobre que o que é cifrado pelo inconsciente – escrita – pode ser decifrado (lido) pela análise, desde que se assente na suposição de sentido (transferência de um suposto saber) que incide sobre suas formações, notadamente sobre os sintomas. Pois o sintoma *per se* nada significa; é gozo de uma escrita. Desse modo, a possibilidade de decifração: “[...] inclui o discurso do Outro no segredo de sua cifra” (LACAN, 1953/1998, p. 281).

Entendemos também, na nossa tese, que se, numa análise, decifrar é desfazer a cifra de gozo para ler o que está escrito no sintoma, essa leitura se faz com o que se escuta como efeito do significante. Isto é, para que haja um deciframento da escrita é necessário que haja uma passagem para o significante, passagem essa que só pode ser feita na medida em que o sujeito fale de seu sintoma, vocalizando o que está escrito. Não somente falar do sintoma, mas fazer o sintoma falar – “suspensão do mutismo” (LACAN, 1964/1985, p. 18). Em outros termos, fazer o sintoma entrar na simbolização (no seu suporte na estrutura de linguagem), possibilitando que o gozo seja extraído pelo significante a partir de uma transferência (THÁ *et al.*, 1992).

Retomando a definição inicial de interpretação, entendemos ser nesse sentido que Lacan (1958/1998) define como é necessário o conceito da função do significante para mostrar onde age a interpretação, significante que capte o sujeito, pois a interpretação, visando decifrar as repetições inconscientes em seu deslocamento, deve introduzir na condensação dos significantes que nela se compõem algo que, de repente, possibilite a tradução e, como consequência, a leitura do que estava escrito. Esse algo é o que a função do Outro – a cadeia significante – permite. Isso porque interpretar no nível do significante não é aberto a todos os sentidos (LACAN, 1964/1985), uma vez que a escrita no inconsciente fixa e não permite todo deslize significante (DAL-CÓL, 2016).

Lacan põe em evidência que a interpretação, no campo da análise, evoca a decifração e a tradução, mas é a tradução que é possibilitada pelo caminho da fala significante, na estrutura de linguagem. O que significa não acrescentar sentido ao sintoma, mas ler o escrito, com a produção de efeitos de sentido que faz surgir algo que não estava à disposição consciente.

A interpretação opera com as leis de linguagem, com a sincronia e a diacronia da cadeia significante, mas também com o equívoco no nível de *alíngua*, abordando o sentido real. Porém, se o real, no sentido lacaniano, é o que surge na dimensão de surpresa, esse efeito de surpresa, o real, já está contido na definição de 1958, quando diz que a interpretação decifra quando se introduz algo que, de repente, traduz (DAL-CÓL, 2016).

Lacan (1958/1998) define a interpretação como uma tática (na qual se tem mais liberdade) que está a serviço de uma estratégia, a transferência, na qual o analista é menos livre. Define também a psicanálise como uma política. A política do psicanalista (na qual é menos livre ainda), que é uma maneira de conceber um certo laço social, se assenta na falta-em-ser; política esta, compatível com o desejo e a ética do discurso. É o sujeito e sua implicação em um laço social que a psicanálise trata na sua direção de cura. Pois, o que Lacan situa como a ação do analista em relação ao ser do analista neste texto, e que, mais tarde lhe dará a definição de ato analítico, é que não é um ato isolado do analista, mas toda uma cura, fazendo aplicar pelo sujeito a regra analítica da associação livre. Passagem do discurso da histeria ao discurso do analista.

Deste modo, o poder que está no posto de comando de uma análise é a política de falta-a-ser, cujo operador é o significante fálico. A posição do analista é saber que ele fala do lugar do Outro, mas não se tomar pelo Outro (que não existe) para permitir que o analisante chegue ao ponto de falta que o transforme em um sujeito que deseja.

## **CONSTRUÇÕES: ESCRITA E LEITURA: VERDADE HISTÓRICA, ESCRITA DA HISTÓRIA**

Vimos tratando, como eixo do nosso trabalho, a psicanálise como função e ética do analista. Apontamos também o outro polo da experiência analítica – o analisante – que, dependendo de sua ética ou da sua posição

subjetiva perante seus sintomas na demanda, possibilita uma análise. Consideramos função do analista o ato e a interpretação, e incluímos nessa série o trabalho de construção que se processa numa análise.

Freud (1937/1987), no artigo que trata desse tema da construção ou reconstrução, *Construções em análise*, nomeia a construção “tarefa do analista”. Essa tarefa do analista de construção não substitui a interpretação, pois, para Freud, “interpretação” aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou parapraxia. Já a construção consiste em pôr perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva que ele esqueceu.

Construção ou reconstrução é, portanto, função do analista: “Sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si, mais corretamente, construí-lo” (FREUD, 1937/1987, p. 293). O analista reúne fragmentos dos traços – vestígios – e comunica, mas reúne apenas alguns fragmentos, pois aguarda os efeitos dessa comunicação no sujeito, efeitos esses que são negações ou confirmações indiretas, advindas das associações em análise (do inconsciente). A ocasião e o modo como transmite suas construções à pessoa que está sendo analisada constituem o vínculo entre as duas partes do trabalho de análise (FREUD, 1937/1987). Dito de outro modo, em Lacan, é o Outro, a cadeia significante que lê a verdade dessas marcas, vestígios, traços.

Assim o analista procede, como diz Freud (1937/1987), a partir de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise. Essa reconstrução se faz pelos restos que sobreviveram à destruição com o que compara o recalque, restos vivos que retornam. Um dos indicativos são as repetições de reações cuja origem data da tenra infância e são indicados pela transferência em conexão com essas repetições. Essa história primitiva que o analista busca recuperar está presente em algum lugar e inacessível ao sujeito, como prossegue Freud em seu texto. Essa tarefa de construção é preliminar, já que, ao completar a lacuna da memória e comunicá-la ao sujeito da análise, em espera, verifica seus efeitos, que aparecem sob a condição da associação.

Se a tarefa do analista, como afirma Freud (1937/1987), é a reconstrução a partir da rememoração, o que se rememora é uma história (libidinal) esquecida como história, um resto vivo e indestrutível que atravessa os tempos e aparece na repetição – “transposição de material do passado esquecido para o presente” (FREUD, 1937/1987, p. 295). Mesmo não recordada, acentua Freud em seu texto, uma construção pode produzir convicção de verdade e efeitos de mudanças reais no sujeito.

O que Freud aborda como história primitiva evoca o período da infância onde já houve a aquisição da linguagem e que torna possível o retorno do recalado pelas representações substitutivas, mesmo que não recordadas, afirmadas por convicção pelos seus efeitos.

Porém, algo diferente disso se põe. Freud (1937/1987) expõe uma situação de análise na qual a comunicação da construção evocou “recordações vivas”, espécies de alucinações que sugerem, segundo o autor, o retorno de algo experimentado na infância, **algo que a criança viu ou ouviu numa época que mal podia falar** e que agora força seu caminho à consciência, deformado e deslocado. Para nós, sugere também o que o autor denomina, em outros textos, uma pré-história, antes da aquisição da palavra. Algo que retorna sob a forma de imagens visuais e/ou auditivas o que nunca foi lembrado porque nunca foi esquecido, porém, marcado.

Para Freud, mesmo nessa pré-história, nesses traços de memória (que se leem como letras) da experiência infantil, que aparecem mais ainda desconectados da história do sujeito – como alucinações – e de sua experiência atual, é necessário efetuar o tratamento segundo a mesma linha apresentada. Reconhecer um núcleo de verdade nesses delírios e nas alucinações que o compõem permitiria um campo comum onde o trabalho terapêutico poderia se desenvolver, consistindo esse trabalho em libertar o fragmento de verdade histórica de suas deformações e de suas ligações com o dia presente real, conduzindo-o de volta ao ponto do passado ao qual pertence (FREUD, 1937/1987, p. 303). Com isso, o que ficou à parte como terrível numa época, e que, na neurose, se mantém na avaliação do presente e na expectativa do futuro, pode modificar-se em um novo destino.

Freud (1937/1987) faz uma analogia entre a verdade histórica e um delírio individual e os equivale às construções do analista – tentativas de explicação e cura. É possível que, no decurso do tratamento, apareçam essas “expressões delirantes” no sujeito (em pacientes não psicóticos), que são os equivalentes das construções do analista. Não são, portanto, puro imaginário e nem jogo de significantes.

Desde as cartas a Fliess, Freud aborda a questão da história primitiva, seu núcleo de verdade e seu retorno:

Parece-me que a teoria da realização de desejos trouxe apenas a solução psicológica, e não a biológica, ou melhor, a metafísica. [...] Parece-me que a vida onírica deriva inteiramente do período pré-histórico da vida (entre um e três anos de idade) – o mesmo período que é a fonte do inconsciente e que sozinho contém a etiologia de todas as psiconeuroses, o período caracterizado por uma amnésia histórica. Parece-me coerente sugerir a seguinte fórmula: **o que é visto no período pré-histórico produz sonhos; o que é ouvido nesse**

**mesmo período produz fantasias; o que é experimentado sexualmente, ainda no mesmo período produz as psiconeuroses [o trauma].** A repetição daquilo que é experimentado nesse período é, em si mesma, a realização de um desejo; um desejo recente só conduz a um sonho quando consegue estar em conexão com material proveniente desse período pré-histórico. (FREUD, 1898 [carta 84] /1987, p.377, grifo nosso).

Abriremos aqui um parêntese para situar a importância da discussão clínica de Freud nesse texto *Construções em análise*, utilizando algumas referências de Lacan.

Para Lacan (1953-1954/1986), desde a experiência germinal de Freud, que percorre toda sua obra até o fim (e neste texto final de *Construções em análise*), o elemento essencial, estrutural, do progresso de uma análise é a reconstituição da história do sujeito, reconstituição do passado. O autor considera que, ao redor dessa reconstituição, as interrogações em aberto na descoberta freudiana se referem às funções do tempo na realização do sujeito. Reconstituição que não é o passado: “A história é o passado na medida em que é o historiado no presente porque foi vivido no passado” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 21). Lacan (*ibidem*, p. 22) assevera, ainda, que o valor do que é reconstruído do passado do sujeito não está na revivência, na rememoração dos eventos formadores de sua existência, mas o que ele disse reconstrói. *Traüme*, os sonhos, são ainda uma forma de lembrar; são representantes satisfatórios daquilo de que se trata, não em sua forma manifesta, mas na sua suficiente elaboração que nos dá o equivalente do que é procurado.

Conforme Lacan (1953-1954/1986, p. 22), a concepção de Freud é de que se trata da leitura, da tradução qualificada do conjunto do sistema do sujeito e o que se trata é menos de lembrar, do que reescrever a história. Comprova esse artigo, *Construções em análise* afirma Lacan (1957-1958/2000, lição 12 fev. 1958), em outro lugar, que o mecanismo da rememoração em análise está vinculado à cadeia significante, à noção da relação do sujeito com o significante. Assim, a história é equivalente à memória, equivalente à estrutura articulada (linguagem) (LACAN, 1956-1957/2000), porém há uma anomalia em jogo nas relações do homem com a linguagem que reaparece no curso da história de modo recorrente (LACAN, 1955-1956/2008). O que é essa anomalia?

Conforme escrevemos na nossa tese (DAL-CÓL, 2016), para Lacan (1955-1956/2008), Freud ensina que tem de se supor sempre uma organização anterior da linguagem, ao menos parcial, para que a memória e a historização possam funcionar – uma primeira posta em signos (*wahrnehmungzeichen*) campo do significante primordial (significante unário – S1). Posteriormente, Lacan (1972-1973/1985) nomeou *alíngua* essa primeira posta em signos. Lacan chama esse estado primordial de o lugar da *verwerfung*. A relação estruturante fundamental é puro signo, o qual não tem a finalidade de comunicar, mas, como esse significante primordial, que funciona como signo, está também no campo do significante, abre a cadeia chamando outro significante (S2). Se o sonho, por exemplo, é unicamente construção, cifrado (LACAN, 1973-1974/2000, lição de 20 de novembro de 1974), a operação de cifragem está feita para o gozo. Ou seja, as coisas estão feitas para que no cifrado se obtenha esse algo que é essencial ao processo primário – *Un Lustgewinn* (termo que se refere a “ganho de prazer”, mas com sentido de “perda de lucro”) (LACAN, 1973-1974/2000, lição de 20 de novembro de 1974).

Em outros termos, segue Lacan (1955-1956/2008, p. 185) em seu ensino, “para fazer significar qualquer coisa tem que ter o material significante”. No homem dos lobos, diz ele, a impressão primitiva da cena primordial ficou ali durante anos sem servir para nada e, no entanto, já era significante, antes mesmo de poder exprimir seu efeito na história do sujeito, antes de dizer sua palavra na história do sujeito. O significante é, pois, dado primitivamente, mas até que o sujeito faça com que entre na sua história não é nada, adquire sua importância entre um ano e meio e quatro anos e meio. O desejo sexual é que serve ao homem para historicizar-se, na medida em que é a esse nível que introduz a lei.

Por isso, entendemos que, desde os primórdios da psicanálise, Freud encontra-se com essa descoberta na reconstrução possibilitada pelo inconsciente, onde diz:

[...] uma pequena parte de minha auto-análise progrediu e confirmou que as fantasias são produtos de períodos posteriores e são projetados para o passado, desde o que era então o presente até épocas mais remotas da infância; o modo como isso emergiu – mais uma vez, um vínculo verbal. À pergunta: “O que aconteceu nos primórdios da infância?”, a resposta é “nada”. Mas o embrião de um impulso sexual já estava lá. (FREUD, 1899 [carta101]/ 1987, p. 379).

Conforme Lacan (1955-1956/2008), o que há de novo na teoria de Freud, no que diz respeito à memória (fenômenos de linguagem), é que a memória não é simples, é gravada de diversas maneiras, trabalha regularmente, mas não vai bem. O esquema do aparelho psíquico em Freud “é feito para explicar os fenômenos de memória na experiência da cura – o fenômeno da reminiscência” (LACAN, 1955-1956/2008, p. 180), pois significa que

os desejos no inconsciente não se extinguem jamais, que continuam a circular na memória e que fazem com que, em nome do princípio do prazer, o ser humano recomece indefinidamente as mesmas experiências dolorosas, nos casos em que as coisas se conectaram na memória de maneira a que persistem no inconsciente. (LACAN, 1955-1956/2008, p. 181).

## **O INCONSCIENTE, A INSISTÊNCIA COM QUE O DESEJO SE MANIFESTA E O QUE É DEMANDADO NELE.**

No seu ensino, de acordo com Pérez (2011), Lacan insiste na ordem simbólica, sua primazia e anterioridade de lógica – o desejo é o desejo do Outro, assim como Freud evidencia o desejo como ponto nodal em torno do qual estabelece os fundamentos de sua doutrina, “porém, a partir do mais além do princípio do prazer, se introduz o conceito de repetição, obrigando a admitir uma força silenciosa que se opõe a cura [e à lembrança] e não quer outra coisa senão restaurar um estado anterior, por supor que nele toda satisfação é garantida e possível” (PÉREZ, 2011, p. 32). Repetição, o que volta sempre ao mesmo lugar, à mesma letra, o gozo. “Essa dimensão da pulsão que, mais além, insiste, repete-se e escapa à ordem simbólica, porque é inassimilável ao discurso” (*ibidem*, p. 33).

Como isso, então – Isso, Real, Gozo – passa pela memória – significante – em uma análise? É preciso que passe: “O objetivo é que o gozo se confesse, e justamente, porque ele pode ser inconfessável. A verdade procurada é essa aí, no que diz respeito à lei que regra o gozo” (LACAN, 1972-1973/1985, p. 124).

Passa pela transferência, pela repetição em conexão com a transferência.

E, conforme Pérez (2011), se o analista é o suposto suporte do saber para o analisante, também é o suporte do objeto prometido à satisfação, que poderia satisfazer o gozo, o objeto *a* – isso demanda. De acordo com a autora, a partir desse lugar, o analista agencia, interpela o sujeito, para que diga seus significantes mestres, para que o gozo, ao passar pela palavra, produza a verdade que redunde em saber – efeitos de verdade quanto ao gozo, dedução na análise do objeto *a*, o que faz a causa de desejo, evidência de uma separação, passando pelo luto de uma posição subjetiva a ser destituída.

*Construções em análise* – a história e pré-história primitivas que o analista busca recuperar pela leitura, essa verdade histórica, é a verdade das fixações pulsionais: como a pulsão se amarrou, se ligou às representações e ao objeto e de que modo sustentou, deu suporte ao desejo.

Define-se a construção como recuperação da história e, na psicanálise, essa história é pulsional, escrita das satisfações pulsionais (infantis), sendo esse um elemento da verdade histórica. Para Freud (1937/1987), da verdade o que se opera não é a exatidão do saber, pois se o inconsciente (o saber) surge como fragmentos, pedaços – nos sonhos, ideias que passam pela cabeça do paciente, alusões, índices de fenômenos de repetição –, é porque está recalcado, e do recalcado temos que contar – além das marcas significantes do desejo que se decifra – com a dimensão da pulsão que, mais além – “insiste, repete-se e escapa à ordem simbólica, porque é inassimilável ao discurso” (PÉREZ, 2011, p. 33).

De fato, Freud empreende nesse texto uma discussão clínica do retorno do recalcado não só como lembrança, mas como, talvez, possa retornar no delírio tanto quanto na alucinação que o compõe. Verdade escrita dos tempos originários esquecidos, antes, nem lembrados, pois há também o ahistórico (o real) no sintoma.

Se o sintoma é uma escrita, dentro da cadeia significante, ele é suposto legível, há nele uma chave de leitura, porque ele se abre ao campo do Outro, campo do saber inconsciente (S2). Mas, há no sintoma também um ponto de indizível, um “umbigo”, como se refere Freud (1900/1987), ponto do real indecifrável da pulsão, face real da letra – o ahistórico da pulsão, inassimilável, que se encontra no caminho de uma análise (DAL-CÓL, 2016).

A escrita e a verdade histórica no inconsciente, nos traços escritos no corpo – libidinais “[...] outra sintaxe que aquelas das sinapses neuronais” (GROSCHARD, 1989, p. 192) é a verdade rejeitada que em uma análise deve ser recuperada, reescrevendo pela leitura a história escrita no sintoma. Escrita da história rejeitada ou reconstrução, que conecta o que foi desconectado, recuperando-o até mesmo – se for até o fim – produzindo da pré-história um significante da cifra de gozo, tocando o limite do ahistórico.

Para concluir, conforme afirmamos no início deste artigo e elaboramos no seu decorrer, para que uma análise se processe depende do ato do analista, o qual determina a convicção da existência (ou hipótese) do inconsciente. O ato funda a transferência – a suposição de saber. Funda o dispositivo que toca a verdade, põe no Outro um lugar de suposto saber. Uma análise opera, de seu princípio ao final, pelo ato analítico como incitação ao saber, estando este ato ligado à regra fundamental. E se, no início de uma análise, início do ato, ocorre a extração de saber pela palavra associativa, percorrendo o inconsciente desde a amarração significativa à escrita da pulsão, extraíndo o desejo que o habita, toca também o modo de gozo, sendo esta a direção de cura.



Recebido em: 10 de junho de 2018. Aprovado em: 21 de dezembro de 2019.

#### REFERÊNCIAS

- DAL-CÓL, Denise Maria Lopes. *A escrita e o corpo em psicanálise e sua implicação nos fenômenos psicossomáticos*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016.
- DAL-CÓL, Denise Maria Lopes. Se não há transferência não há análise: a função do analista. *Diálogo*, Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/ccb/psic/dialogo.htm>. Acesso em: 22 maio 2018. (Originalmente publicado na III Jornada de Cartéis da Escola da Coisa Freudiana, 2005).
- FREUD, Sigmund. *A dinâmica da transferência* (1912). Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 12)
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos* (1900). Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 4, 5)
- FREUD, Sigmund. *Construções em análise* (1937). Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 23)
- FREUD, Sigmund. *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. Carta 84* (1898). Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 1)
- FREUD, Sigmund. *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. Carta 101* (1899). Rio de Janeiro: Imago, 1987. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 1)
- GROSRICHARD, Alain. A questão do sujeito e da causa. *Letras da coisa*, Curitiba: Associação Coisa Freudiana – Transmissão em Psicanálise, n. 8, p. 157-205, 1989.
- LACAN, Jacques. A direção de tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 591-649.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 591-652.
- LACAN, Jacques. *As psicoses* (1955-1956). Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (O seminário, 3)
- LACAN, Jacques. A terceira (1974). *Opção lacaniana: Rev. Bras. Int. de Psicanálise*, n. 62, São Paulo: EBP, p. 11-36, 2011.
- LACAN, Jacques. *De um Outro ao outro* (1968-1969). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (O seminário, 16)
- LACAN, Jacques. El Seminario - Livro 4: La relación de objeto (1956-1957). In: *Lacan 2000*. Buenos Aires: RD Ediciones Electrónicas. CD-ROM. Publicação para circulação interna. 2000.
- LACAN, Jacques. El Seminario - Livro 5: Las formaciones del inconsciente (1957-1958). In: *Lacan 2000*. Buenos Aires: RD Ediciones Electrónicas. CD-ROM. Publicação para circulação interna. 2000.
- LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 238-324.
- LACAN, Jacques. *Mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (O seminário, 20)
- LACAN, Jacques. *O ato psicanalítico* (1967-1968). Notas de aula. Inédito. (O seminário, 15)
- LACAN, Jacques. *O avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. (O seminário, 17)
- LACAN, Jacques. *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-1955). Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (O seminário, 2)
- LACAN, Jacques. *Os escritos técnicos de Freud* (1953-1954). Rio de Janeiro: Zahar, 1986. (O seminário, 1)
- LACAN, Jacques. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (O seminário, 11)
- LACAN, Jacques. Seminario 21. Los incautos no yerran (Los nombres del padre) (1973-1974). In: *Lacan 2000*. Buenos Aires: RD Ediciones Electrónicas. CD-ROM. Publicação para circulação interna. 2000.
- LACAN, Jacques. Variantes do tratamento-padrão (1955). In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 325-364.
- PÉREZ, Silvina. Sobre a ética analisante. *Cadernos do II Congresso da Escola da Coisa Freudiana (A ética analisante)*, v. 2, Curitiba: Escola da Coisa Freudiana, 2011, p. 25-36.
- PINTO, Tânia Mara Costa. *Os paradoxos da formação do analista e o ato analítico*. Londrina: notas, 2012. (Palestra proferida na abertura do Curso de Especialização em Psicanálise).
- THÁ, Fábio et al. A função do escrito. *Letras da Coisa*, n. 12, Curitiba: Associação Coisa Freudiana – Transmissão em Psicanálise, p. 112-133, 1992.

**Denise Maria Lopes Dal-Cól**

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e Psicanálise da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina/PR, Brasil. [denise\\_dalcol@hotmail.com](mailto:denise_dalcol@hotmail.com)